

“UM BANDO DE IDÉIAS NOVAS” NA ARQUEOLOGIA (1870-1877)*

Lúcio M. Ferreira**

FERREIRA, L.M. “Um Bando de Idéias Novas na Arqueologia” (1870-1877). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 21-33, 2001.

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de discutir a articulação da Arqueologia Imperial com um campo de saber e de poder. A partir desta articulação, levanto algumas questões sobre as relações entre a prática arqueológica, o projeto político Imperial e o Evolucionismo.

UNITERMOS: Arqueologia – Brasil Imperial – Saber – Poder – Evolucionismo.

Há uma rarefação de estudos sobre a História das Ciências Humanas e das Idéias no Brasil. Tome-se, por exemplo, a exigüidade de análises sobre a História da Arqueologia brasileira (Cf. Barreto 1992, 1999; Meggers 1985; Souza 1991; Prous 1992; Funari 1989, 1991, 1994, 1995, 2000; Pinõn 2000). Nem mesmo as obras de referência sobre a História das Ciências no Brasil abordam a disciplina (Cf. Azevedo 1956, Ferri e Motoyama 1979-81, Miceli 1989). Nesta seara de evidente carência faltam pesquisas mais amplas sobre a Arqueologia oitocentista, momento de constituição institucional e epistêmico da disciplina (Ferreira 1999, 2000,

2001; Pinõn 2000).¹ Com este artigo gostaria de contribuir para o debate. Valendo-me das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pretendo analisar a Arqueologia conforme ela foi praticada em sua articulação com o projeto político Imperial e o evolucionismo. Por outra, tento entender os usos políticos da Arqueologia num contexto em que a estabilização do sistema monárquico de dominação começava a apresentar suas primeiras fissuras.

(1) Durante o século XIX, a Arqueologia foi praticada por diferentes instituições situadas em diferentes contextos regionais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), O Museu Nacional (1808), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1868), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Alagoano (1869) e o Museu Paulista (1895).

(*) À memória de meu primo, mais amigo do que primo, Fabrício Ronaldo Menezes.

(**) Mestre em História pela UNICAMP. Professor de História do Colégio Dom Bosco, Americana, SP.

Assim, na primeira parte deste artigo, procuro demonstrar como a disciplina foi justaposta a um campo de saber e de poder, integrando a rede de conhecimentos tecida pelo IHGB. Na segunda, intenciono dissecar o conjunto discursivo específico em que esteve inserida a Arqueologia, direcionando o escarpelo no sentido de examinar as condições de aparecimento de seu objeto (Foucault 1986, 1995). A perspectiva é a de analisar a disciplina enquanto positividade, enquanto uma prática que, ao imbricar-se com outros saberes, estipulou critérios classificatórios sobre o teor civilizacional das sociedades indígenas, postulou para elas um lugar social na identidade da Nação e forneceu elementos para a definição de uma política indigenista de integração.

A produção de um saber sobre o Brasil

Como se sabe, o evolucionismo, juntamente com o positivismo, foi arma de justificação intelectual e científica – como então se pretendia – para a implantação da República. De acordo com Silvio Romero (1986: 23), o “bando de idéias novas”, ambientadas no Brasil a partir de 1870, mostrou o sofisma do Império em toda a sua nudez. Não se deve supor, porém, que o Estado Imperial não se valeu da “arma republicana” como tática para continuar “sofismando”, como estratégia para os embates políticos que então se travavam. O Museu Nacional,² por exemplo, um dos bastiões da Monarquia, reconhecidamente comungou com o evolucionismo (Schwarcz 1989, 1993; Lopes 1997). Quanto ao IHGB, pelo menos no campo da Arqueologia, o uso do modelo efetuou-se a partir de 1873. Contudo, é preciso filtrá-lo no discurso arqueológico, demarcando-o no interior de um diálogo “interdisciplinar” em que o IHGB inter cruzou dados e métodos.

Com efeito, não se pode considerar os textos arqueológicos dissociando-os dos outros conjuntos discursivos articulados pelo IHGB. O

que se detecta nas páginas da *Revista*, na verdade, é a produção de um saber sobre o Brasil. O Instituto foi um fórum privilegiado de onde se falava e se olhava o país. Lançando mão de uma série de disciplinas, o IHGB visava legitimar “cientificamente” a manutenção do projeto político centralizador da Monarquia, confeccionando uma rede de informações sobre as diversas províncias e encaminhando propostas que visavam viabilizar a exploração econômica do território nacional. Tal assertiva clarifica-se ao se rastrear o cenário social, político e econômico da quadra histórica em questão.

Em primeiro lugar, apresentavam-se os problemas advindos com a Guerra do Paraguai (1864-1870). É bastante provável que este conflito tenha acirrado as tensões geopolíticas nas áreas de fronteiras. O que pediria, muito mais do que nas décadas de consolidação e estabilização do regime Monárquico, um maior conhecimento destas regiões, das instituições provinciais que as resguardavam e das populações que as habitavam. Nesse âmbito, deve-se lembrar que, historicamente, as áreas circunscritas ao Rio Prata foram palco de diversos conflitos entre a Monarquia e as Repúblicas latino-americanas (1825-28; 1850-52). O domínio geopolítico destas regiões era crucial para o Império, pois possibilitaria sua exploração comercial por meio do monopólio da navegação no Rio Prata, ponto de contato com as Províncias do Sul. Em segundo, a inadiabilidade da abolição da escravatura ameaçava solapar o regime produtivo assentado na grande propriedade, organizado juridicamente com a Lei de Terras de 1850. Como consequência, prenunciava desatar um dos laços do sistema de dominação nacional, a aliança Coroa-Grande Lavoura de Exportação. A lei do Ventre Livre (1871), medida estratégica que visava protelar a deflagração deste impasse político, foi decretada num momento em que as lavouras agroexportadoras se expandiam para as novas áreas de fronteiras. Urgia, portanto, definir uma política indigenista capaz tanto de assegurar uma mão-de-obra alternativa aos braços africanos, quanto de desobstruir as áreas agricultáveis do domínio das populações indígenas (Ferreira 1999, 2000; Pinõn 2000). Capaz de sanear os caminhos para o progresso da civilização Imperial. Por último, e não menos importante, colocava-se o problema

(2) Notar que no frontispício do primeiro volume dos Arquivos do Museu Nacional figura como sócio correspondente o naturalista Charles Darwin. Cf. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol I, 1876.

das raças, da complexa formação étnica da população brasileira, marcada pelo trabalho escravo e pela existência de sociedades indígenas. Problema de difícil solução para os intelectuais do IHGB, que planejavam construir uma identidade nacional pautada sob o conceito de civilização; e intentavam ancorá-la numa cultura ilustrada, fixá-la numa História linear e continuísta, *Magistra Vitae*, de onde os heróis e os acontecimentos políticos do passado transmitiriam exemplos para as gerações futuras; assegurá-la numa memória que reuniria personagens e eventos dispersos no tempo e no espaço, que aglutinaria as diferenças culturais plantadas no território nacional. Em suma, estes intelectuais ocupavam-se com a tecelagem de uma auto-imagem, uma representação da Nação a ser veiculada para o conjunto mais amplo dos Estados europeus e para as elites do país.

A prática arqueológica, de fato, articulando-se num espaço de interpositividades, ajudou a propulsar efeitos de poder que pretendiam costurar as cissuras do Estado Imperial. Integrando-se, por meio das expedições científicas, com a Geografia, a Geologia e a História Natural, a Arqueologia promoveu a composição de um maior conhecimento do espaço da Nação. Participou do olhar e do registro sobre as possibilidades de exploração econômica dos territórios, de suas riquezas naturais, sejam aquelas latentes no interior de jazidas, sejam aquelas manifestas e que afloravam à superfície. Do olhar e do registro que vigiavam e fiscalizavam as províncias, suas instituições e os fluxos de suas populações, que esquadriavam seus contornos físicos para confeccioná-los numa cartografia identitária. Integrando-se com a Antropologia e a Historiografia, a Arqueologia produziu discursos sobre as sociedades indígenas a fim de resgatar a gênese da Nação, de construir um saber sobre seus diversos povos, passíveis de serem o corolário de um processo histórico continuísta e encabeçado por uma “civilização branca”. Saber que formulou modalidades de controle sobre estas sociedades ao ocupar-se com a definição de uma política indigenista de integração. Saber que, ademais, tinha nítidos objetivos geopolíticos ao dirigir-se às populações indígenas fronteiriças, no intuito de garantir o poder do Estado Nacional sobre estes espaços ainda não definidos, não coagulados.

Ao contrário de uma visão amplamente difundida, durante o século XIX, as Humanidades não se encontravam completamente cindidas, circunscritas pelos limites de seus objetos, seccionadas na região delimitada por seus métodos. O que se pode notar, pelo menos no interior de uma instituição oficial como o IHGB, é a tentativa de enfeixá-las numa rede epistemológica, de torná-las intercambiáveis, de alargá-las em múltiplas visões e falas.³ No interior desta ambiciosa tentativa em esboço, mesmo as ciências naturais foram estreitadas às humanidades nesta rede de saberes lançada sobre o Brasil. Veja-se, por exemplo, a participação do IHGB no projeto meteorológico dos Professores Carlos Weyprecht e Wilzek, o qual objetivava a criação de estações científicas nas latitudes do Brasil (Cf. RIHGB, 39: 403, 1876). Na ocasião em que o projeto foi elaborado, os intelectuais do Instituto ressaltaram a sua relevância para os estudos antropológicos e arqueológicos (Cf. RIHGB, 39: 406, 1876). Exemplo mais eloquente, contudo, foi a formulação do *Plano para se Escrever a História, Geografia, Etnografia e Estatística de cada uma das Partes do Império* (tomo 40: 437-39, 1877). O objetivo parece claro: montar *corpora* que pudessem fundamentar um saber sobre o país. Particularmente interessante é a inclusão da estatística. Esta técnica matemática, aplicada às populações – entre as quais, obviamente, incluíam-se as indígenas –, serviria para mensurar e contabilizar os seus movimentos, o número de mortos, de doentes, a fecundidade de suas produções, os focos de tensão social etc.. Em suma, serviria à confecção de um saber sobre o Estado e suas populações (Foucault 1994a, Kaplan 2000).

(3) É provável que uma análise sobre o Museu Nacional, delimitada no mesmo período, encontre uma outra rede de saber e poder. O Museu Nacional estava subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Destinava-se ao estudo da História Natural, particularmente a do Brasil, “sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústrias e artes”. Suas seções englobavam variados domínios: Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada e Paleontologia Animal; Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral. Havia também uma seção de Arqueologia anexada ao Museu. Cf. Decreto n. 6.116 de 9 de fevereiro de 1876. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol I, 1876.

Parafraçando De Certeau (1979), pode-se dizer que pesquisas arqueológicas são realizadas a partir de um *locus* de produção sócio-econômico, político e cultural. Situada no suporte institucional do IHGB, a prática arqueológica pôde ser aplicada, sobretudo, sobre as populações indígenas, embora, como foi visto, tenha atuado num campo de saber e de poder mais abrangente. O exame da emergência de seu objeto, de sua posição numa formação discursiva, talvez possibilite o discernimento dos critérios segundo os quais estes povos indígenas foram avaliados.

O IHGB e a Arqueologia Evolucionista: Selvagens e Phases de Civilização

Após 1870, com a aclimação das idéias positivo-evolucionistas em solo nacional, o objeto de estudo da Arqueologia englobou uma tríade de problemas: qual a origem das sociedades indígenas? os indígenas seriam autóctones ou teriam imigrado de um outro continente? é possível avaliar o grau de civilização das sociedades indígenas? Mais do que um *corpus* organizador da disciplina, estas perguntas emergiram de relações de força precisas, particularmente as que recortaram a questão das raças e da identidade nacional. Resultaram da inserção da Arqueologia num espaço de interpositividades, o qual lhe permitiu criar dispositivos para uma política indigenista de integração e fundar um regime discursivo que classificou as sociedades indígenas. Princípios e signos que legitimaram e definiram o lugar a ser ocupado pelos indígenas na rígida hierarquia do Estado Imperial.

Um conjunto de textos de dois autores permite demarcar a vigência da Arqueologia evolucionista no IHGB. O primeiro é José Vieira Couto de Magalhães, o Barão de Corumbá, que em 1873 publicou o seu *Ensaio de Antropologia* (1873), texto do qual resultou *O Selvagem* (1935 [1876]), obra que figurou na Exposição Universal da Filadélfia (1876).⁴ José Vieira Couto

(4) Vieira Couto participou ativamente das pesquisas arqueológicas e antropológicas do IHGB. Ali suas obras eram frequentemente lidas e comentadas durante as reuniões. Cf. 4ª Sessão em 25 de julho de 1873. *RIHGB*,

presidiu as Províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso (1863-68), o que lhe facultou a oportunidade de realizar pesquisas de campo sobre os grupos indígenas entranhados nos sertões do Brasil. Realizou diversas viagens pelo Norte e Nordeste do Brasil, cujos frutos trouxeram, além de pesquisas em Arqueologia e Antropologia, descrições geográficas e geológicas, considerações administrativas e econômicas acerca de diversas localidades. Acresce a isso seu plano de colonização dos indígenas. Vieira Couto acreditava que os indígenas eram aptos à civilização. Defendia a integração do "elemento indígena" à sociedade brasileira por meio do trabalho, como mão-de-obra alternativa aos braços escravos. Sua idéia era a de formar "soldados intérpretes" que chefiariam os aldeamentos indígenas.

O segundo autor é Antonio Manoel Gonçalves Tocantins. Este engenheiro industrial formado pela Universidade de Gand, na Bélgica, atuou sobretudo na província do Pará.⁵ Ali foi secretário da Repartição de Obras Públicas. Em 1880, executou, a serviço do Império, uma longa exploração do rio Trombetas (PA) e seus afluentes. Estudioso do Tupi, Tocantins travou inúmeros contatos com grupos indígenas do Pará. Os resultados de suas pesquisas apareceram pela primeira vez, nas páginas da Revista do IHGB, em 1876, quando publicou o seu *Relíquias de Uma Grande Tribo Extinta* (*RIHGB*, 39: 51-64, 1876). Neste ensaio, o autor descreve e analisa os vestígios cerâmicos da Ilha do Pascoval (PA), situada próxima à de Marajó (PA). Tendo como pressuposto esta análise empírico-descritiva, investiga o cotidiano da

36: 563, 1873; 5ª Sessão em 7 de julho de 1876. *RIHGB*, 39: 377-86, 1876 (leitura de *O Selvagem*); 8ª Sessão em 18 de agosto de 1876. *RIHGB*, 39: 400, 1876 (leitura da obra *Comparações entre o Guarani e o Tupi antigos, Guarani falado no Paraguai e o Tupi falado no Amazonas*). Para maiores detalhes biobibliográficos sobre Vieira Couto, Cf. *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro, IHGB, 1993: 53-55.

(5) Tocantins foi admitido como sócio do IHGB em 1873. Cf. 13ª Sessão em 5 de dezembro de 1873. *RIHGB*, 36: 604, 1873. Detalhes biobibliográficos podem ser conferidos no *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro, IHGB, 1993: 171-72.

sociedade que fabricou as cerâmicas. Tenta responder às seguintes perguntas: "Que povo foi este? A que grau de civilização chegou? Qual foi a sua maneira de viver? Qual a sua origem?" (RIHGB, 39: 51, 1876). Em seu segundo ensaio, Manoel Gonçalves efetua uma análise filológica e antropológica sobre a *Tribo Munducuru* (RIHGB, 40: 10-161, 1877). Descreve as pinturas rupestres dos ancestrais da "tribo", as quais ele compara com as "tradições" ainda vivas. Investiga também os primeiros contatos culturais realizados entre os Munducurus e os colonizadores quinhentistas, objetivando extrair exemplos para a formulação de uma política indigenista destinada às regiões de Belém (PA) e adjacências.

Poder-se-ia objetar que estes textos seriam insuficientes para caracterizar a disciplina, que o seu diminuto conjunto teria sido um acontecimento fugaz no interior da trajetória da Arqueologia brasileira, reles acontecimento fadado a permanecer em silêncio na memória deste saber. Contudo, deve-se considerar, em primeiro lugar, que o IHGB já praticava pesquisas arqueológicas desde 1839, conforme se pode aquilatar no primeiro tomo de sua Revista (Cf. Ferreira 1999). De maneira que, tais textos, analisados como parte integrante da produção arqueológica da instituição, configuram uma reordenação epistemológica, pois, antes de 1873, o evolucionismo não fundamentava a positividade da Arqueologia (Cf. Ferreira 2000, 2001). Em segundo lugar, as obras de Vieira Couto e Gonçalves Tocantis inscrevem-se no mesmo solo epistêmico que orientou as pesquisas dirigidas por outras instituições. O exame destes textos, portanto, oferece a oportunidade de se cotejá-los com outros conjuntos discursivos, notadamente, no que se refere ao período em questão, com os do Museu Nacional. Em terceiro lugar, após 1870, um evento demonstra que a Arqueologia praticada pelo IHGB gozava de um certo prestígio no quadro das pesquisas arqueológicas internacionais. Trata-se do *Congresso Internacional dos Americanistas* (Cf. RIHGB, 39: 369, 1876), realizado em Luxemburgo, em 1877. O IHGB foi convidado para participar da Comissão de Organização, cabendo-lhe versar sobre a Antiguidade do Homem Americano (Cf. RIHGB, 39: 403, 1876).

De fato, ainda que representem um pequeno conjunto, tais textos merecem ser estudados, até porque a recepção da Arqueologia ao evolucionismo permanece como uma análise ainda a ser feita pelos estudiosos da História da disciplina no país. Sob este aspecto, tanto em José Vieira Couto, quanto em Manoel Gonçalves Tocantis, notam-se os enunciados da teoria. O primeiro, em seu *Ensaio de Antropologia* (1873: 408 – grifos meus), assevera:

"(...) a anthropologia demonstra que o homem physico passou sempre d'um período mais atrazado para um mais adiantado (...)"

O segundo, em *Relíquias de uma Grande Tribo Extinta* (1876: 52 – grifos meus), afirma,

"(...) alguns artefactos ceramicos que aqui tem sido descobertos, e outros que ainda existem enterrados, são, por assim dizer, as unicas reliquias que restam d'esta tribo, hoje totalmente extincta. Porém, *considerações de alto valor prendem os produtos ceramicos ao estudo dos povos primitivos e aos das diversas phases de sua civilização (...)*"

Ora, a partir destas citações, e dos comentários já feitos sobre estes textos, pode-se averiguar a configuração específica em que a Arqueologia evolucionista do IHGB esteve disposta. Com efeito, a disciplina inseriu-se num espaço de interpositividades que a articulou com a Geologia, a Antropologia, a Filologia e a Historiografia. Constituindo-se no espaço definido por estes saberes que lhe foram coetâneos, a Arqueologia pôde formular hipóteses sobre a origem dos indígenas e criterizar sobre o teor civilizacional de seus variados grupos.

Integrando-se com a Geologia, a Arqueologia evolucionista instituiu uma intermediação com dois conceitos. O primeiro é o de artefato. Conceito nuançado que engloba duas facetas indissociáveis: ele é uma materialidade física, é composto por uma matéria-prima que diz do que ele é feito – portanto, um problema a ser deslindado pela Geologia; é ao mesmo tempo uma atividade humana de transformação, o trabalho de confecção de uma matéria-prima que o materializa, é uma tecnologia que permite a exploração do meio-ambiente – portanto, um problema a ser pesquisado também pela Antropologia. Para se ter uma idéia de como os artefatos passam a ser um dos focos de análise da Arqueologia, veja-se como o Museu Nacio-

nal preocupou-se em ordená-los e classificá-los.⁶ Charles F. Hartt (1876a) descreveu e analisou o material lítico conservado no Museu, além de tecer considerações sobre tangas de cerâmica indígenas (1876b); Domingos Soares Ferreira Pena (1877) fez o mesmo com os vestígios cerâmicos dos sambaquis do Pará; Ladislao Neto (1877), por sua vez, escreveu alguns apontamentos sobre tembetás.

O outro conceito é o de sítio arqueológico. Ao lado dos artefatos, este é o objeto empírico fundamental da Arqueologia evolucionista – como ainda o é da Arqueologia pré-histórica contemporânea. Sem ele, não se poderia angariar os artefatos, pois estes agora estão sobretudo “enterrados”. Não basta colecioná-los quando eles, por obra do acaso, aparecem na superfície.⁷ Os sítios arqueológicos são os depositários dos tesouros, das “reliquias” do passado que jazem, intocadas em seu mutismo, nos arquivos da terra. As jazidas arqueológicas devem agora ser compulsadas, devem ser escavadas para que delas se retirem os resíduos de uma sociedade “extinta”. Somente assim poder-se-á lê-los, fazê-los falar, dirigindo-se aos signos que neles estão depositados. Não foi à revelia, portanto, que Karl Rath (1871) instou o IHGB para que o acompanhasse em seus estudos sobre os sambaquis existentes no interior do país. Desta importância conferida aos sítios arqueológicos surgiram as pesquisas sobre os “montes de conchas” concretizadas por Charles Wiener (1876) e Domingos Soares Ferreira Pena (1876).⁸

As regras de uso destes conceitos possibilitaram à Arqueologia o desdobramento de algumas análises. Tratava-se, inicialmente, de descrever a composição geológica e

geográfica do sítio arqueológico. Dava-se ênfase à sua situação topográfica, suas dimensões, sua forma e sua localização no quadro de um meio-ambiente mais amplo. A tarefa, portanto, era a de caracterizar a posição do sítio no interior de uma estrutura geográfica e geológica (Cf. Rath 1871: 289, Wiener 1876: 4-7). Este determinismo geográfico permitiu, em primeiro lugar, o entendimento da função do sítio arqueológico. Era o imperativo constringente da natureza, a força irredutível do meio-ambiente, os caprichos das oscilações e ciclos ecológicos que conduziam as sociedades indígenas na escolha de suas moradias. Ladislao Neto (1876b), por exemplo, enfatizou que os sambaquis do Sul do Brasil eram estações de pesca, locais de ocupação esporádica das tribos do interior, que fugiam do minúsculo do inverno em busca de temperatura mais amena e da pesca farta do litoral. Tal conclusão foi alicerçada pela análise dos vestígios arqueológicos e pela observação antropológica. Havia ali muitas espinhas de peixe, artefatos de pedra e “louça” semelhantes aos encontrados no interior. Restos de fogueiras confirmam, além disso, um hábito comum destas tribos sertanejas: quando vão aos rios pescar, sobretudo à noite, os índios costumam se aconchegar ao fogo. Domingos Soares F. Pena (1876) concordou com Ladislao Neto. Os sambaquis do Pará também serviram às ocupações sazonais. Vindos do interior das densas florestas, os índios, esquivando-se da umidade sufocante do verão, desciam para o litoral, acompanhando o movimento decrescente das águas e a imigração dos animais. Assentavam ali suas “malocas” temporárias. Também aqui os artefatos e a Antropologia lastraram a conclusão. Os materiais toscos dos sambaquis mostram bem que estes índios eram selvagens, viviam da caça, não conheciam nem ao menos os rudimentos da agricultura. Daí estes índios serem impingidos pela implacabilidade da natureza, migrando de uma região para outra, enterrando seus mortos ao sabor das idas e vindas, misturados entre as conchas amontoadas, sob o chão que dormiam. A “repugnância” deste costume, sem dúvida, mostra que o povo que deu origem aos sambaquis é realmente selvagem. Em segundo lugar, as observações geológicas dos sítios

(6) Esta preocupação com o ordenar e o classificar podem ser averiguadas no Art. 1 do Decreto n. 6.116 de 9 de fevereiro de 1876. Cf. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol I, 1876.

(7) Antes de 1870, os artefatos eram solicitados aos sócios correspondentes do IHGB. Cf. 108ª Sessão em 20 de julho de 1843. *RIHGB*, 5: 382, 1843; 146ª Sessão em 18 de março de 1846. *RIHGB*, 8: 152-55, 1846; 148ª Sessão em 30 de abril de 1846. *RIHGB*, 8: 289, 1846.

(8) Para se medir a importância que os sítios arqueológicos passaram a ter, vale a pena citar uma frase de Wiener: “... o humilde sambaqui tem para a ciência universal a mesma importância que a majestosa pyramide do Egipto ou do Mexico...” (1876: 20).

arqueológicos embasaram a fixação de uma cronologia sobre o povoamento do Brasil. Ora, os artefatos estão agora encravados num depósito sedimentar, instalados num tempo geológico. Os artefatos, agora, estampam um calendário. Podia-se, portanto, determinar a antigüidade da tribo tomando-se por base a camada geológica em que eles se encontravam. Assim, Wiener (1876) calculou que os sambaquis tinham dois ou três séculos. Domingos Soares Ferreira Pena (1876: 86) resolveu não fixar uma cronologia, pois, segundo ele, os sambaquis estavam extremamente erodidos devido à ação eólica e do relevo. Vieira Couto (1873: 409), por sua vez, datou a primeira imigração para o Brasil no período da "Pedra Polida", mais especificamente no "Paleolítico Superior", de acordo com os instrumentos localizados "nos mais antigos sedimentos da época quaternária". Deste modo, esta imigração situar-se-ia "mais ou menos a cem mil anos atrás" (1873: 409). Sendo os selvagens filhos da imigração, efetuada depois que transpuseram, em outro continente, o primeiro estágio da civilização, Vieira Couto lamenta a ausência de coleções de artefatos no Brasil. Estas, se ligadas a suas devidas estruturas geológicas, se não coletadas erradamente, permitiriam o estabelecimento de uma cronologia mais segura da imigração originária.

As análises empírico-descritivas dos artefatos seguiam princípios similares aos feitos no campo da História Natural e da Geologia. Tentava-se isolar, por meio do pormenor descritivo, as identidades e diferenças dos artefatos – assim como se procedia com a natureza das plantas e dos animais (Cf. Netto: 1876a), com as formações geológicas e geográficas (Cf. Derby: 1877). Feita esta tarefa, podia-se avaliar o grau de civilização dos indígenas. Já se viu como Domingos Soares Ferreira Pena (1876), combinando determinismo geográfico e análise dos artefatos, classificou os indígenas como selvagens, povos ignorantes do saber agrícola. Neste ponto, as análises de Ferreira Pena convergem com as de Vieira Couto (1873: 407). Também este autor, após longa descrição dos vestígios, percebeu que alguns deles indicavam a existência de populações que não passaram por nenhum período de civilização, que não conheceram nem ao menos a agricultura. Não haveria razões,

portanto, para deixá-los viverem nos extensos territórios do Norte e Centro-Oeste sem colonizá-los. O Estado Imperial deveria, assim, tomar para si a tarefa de salvá-los de sua subjugação brutal à natureza, deveria incluí-los no plano da civilização, deveria ensiná-los a plantar e a colher os frutos da terra, os frutos do trabalho agrícola. As amplas fronteiras teriam que ceder ao ímpeto do progresso, teriam que render-se à monocultura do café ou de outros gêneros. Era preciso, portanto, integrar os indígenas e suas terras aos interesses administrativos e econômicos do Império.

Era preciso formular uma política indigenista que encaminhasse o "processo civilizador" (Elias 1993, 1994). Até porque alguns povos detinham costumes abjetos. Seus ancestrais, por meio da tradição oral, haviam-lhes irremediavelmente transmitido por herança. Wiener (1876: 17 e segs.), por exemplo, a partir do exame das evidências ósseas fornecidas pelos esqueletos humanos, mostra como alguns deles estavam friáveis, calcinados e incompletos. Só poderiam ser então restos de refeições, pois a carne humana era muito apreciada pelos índios dos sambaquis, eram eles um povo "que via em seu semelhante somente um objecto de alimentação". Seus banquetes, cujo prato principal era a carne dos inimigos, satisfaziam o apetite do ódio e a extradiordinária fome de vingança de que eram possuidores (Pena 1876: 88). Mas há outros costumes "repugnantes". Os índios dos sambaquis enterram os seus mortos no mesmo solo onde dormem, entre vestígios alimentares (espinhas de peixes e conchas), no meio do lixo e o mais perto possível do pai, irmão, mãe, filho e mulher do falecido. Se o Império quer construir sua identidade nacional sob o signo do progresso e da civilização, se quer realmente confeccionar uma auto-imagem digna de ser exibida para suas elites e para as Nações européias, deve integrar os índios à civilização. Deve, fazendo-os conviver com os brancos, incutir-lhes costumes nobres. Contudo, nem tudo está perdido. Manoel Gonçalves Tocantins (1876), estudando o cotidiano da sociedade que produziu as "reliquias" da "cultura marajoara", analisando-as meticulosamente, enfatizou que o povo que as fabricou era "bastante adiantado na indústria cerâmica" (p. 60). Pode-se levá-las para as grandes Exposições Universais, festas do

trabalho e do progresso (nas palavras de Schwarcz 1998), onde elas mostrarão que o Império possui uma gênese histórica fundada sob uma cultura sofisticada. Nem tudo está perdido. Algumas tribos sujeitar-se-ão com mais facilidade às normas de uma política indigenista. Afinal, já estão habituadas ao labor e ao esmero industrial.

Com efeito, esta articulação entre a Arqueologia e a Geologia só pode ser entendida plenamente considerando-se a inclusão da Antropologia nesta dimensão discursiva. O que se constata é que a Arqueologia e a Antropologia, percorrendo um mesmo campo de manifestações empíricas, não foram praticadas em domínios estanques e hierarquizados, sulcadas em momentos diferenciados da abordagem sobre as populações indígenas, cada qual em sua *démarche*. Ao contrário, pode-se dizer que a Arqueologia, entre 1870 e 1877, teve uma relação simbiótica com a Antropologia. Ela não surgiu, como no espaço europeu, da Filologia, onde esteve subordinada sobretudo à História (Bandinelli 1994; Funari 1998, 1999b). Nem tampouco foi concebida como simples subsidiária da Antropologia, como em seus desdobramentos iniciais na América do Norte (Funari 1998). Daí a presença, nesta formação discursiva, da Antropologia Física – o estudo comparativo das raças, a classificação morfológica das raças indígenas.⁹ Dá-se início, no Brasil, à utilização de uma tecnologia de poder, a craniometria, por meio da qual a categoria raça, medida em suas "falsas dimensões" (Gould 1981), legitimou a conformação de identidades e fundamentou num "discurso verdadeiro" os racismos oficiais (Foucault 1988, 1994a, 1994b, 1999; Jones 1997; Marx 1998; Milles 1989; Patterson 1997; Trigger 1990). Foi assim que Batista Lacerda (1876a, 1876b), com base em

(9) Antes de 1870, Lund havia praticado uma espécie de frenologia, comparando os crânios fossilizados que ele descobriu em Lagoa Santa (MG) com crânios egípcios. Cf. Carta Escrita de Lagoa Santa ao Sr. Primeiro Secretário do Instituto. *RIHGB*, 4: 80-7, 1842. Martius, em sua metodologia antropológica para os estudos das "raças vermelhas", sugeriu a análise comparativa das raças. Cf. *Como se Deve Escrever a História do Brasil*. *RIHGB*, 6: 389-411, 1844. Gonçalves Dias também, antes de 1870, já lia literatura antropométrica. Cf. *Brasil e Oceania*. *RIHGB*, 30: 5-271, 1867.

seus estudos craniométricos, pôde organizar o primeiro *Curso de Antropologia do Museu Nacional* (Lacerda 1877). Foi assim, também, que Vieira Couto (1873, 1935) pretendeu interpretar os Tupis do ponto de vista físico e moral. Partes de um mesmo processo, os corpos dos Tupis, suas medidas morfológicas e características físicas, forneceriam os indícios para o estudo de sua moral, as provas de sua perfeição ou imperfeição intelectual. Ora, se os Tupis migraram de outro continente quando estavam na primeira fase da civilização, resta buscar na compleição de seus corpos e na linha recuada de seu passado – o qual pode ser perscrutado nos registros arqueológicos e geológicos –, o estágio de evolução em que se encontram suas populações, habitantes do "Grande Sertão Interior", isolados na vida bucólica das florestas tropicais. Isolados dos intercâmbios com a "cultura branca", ocidental, civilizada.

Nesta perspectiva de caracterização cultural das sociedades indígenas, no bojo deste trabalho de esquadramento de suas populações, também a Filologia foi utilizada. Conhecendo-se os dialetos indígenas, os fonemas e regras sintáticas de sua linguagem, pode-se entender os mitos de sua cultura, pode-se demonstrar como sua visão cosmológica, sua visão do tempo, possuem formas primárias de percepção e explicação do mundo. Formas fetichistas. A Filologia, assim, sofreu uma irrupção de temporalidade. Serviu para se mensurar o tempo, o limiar que separa os selvagens da civilização. Se os artefatos, enquanto documentos, permitem a inferição de um calendário e do grau cultural dos indígenas, também seus dialetos apontam para um passado distante e selvagem, confirmado pela observação do presente, pela Antropologia. Os indígenas, de fato, são selvagens. Não somente seus artefatos e suas línguas revelam-no: ao contrário das civilizações meso-americanas, não há no Brasil grandes monumentos arquitetônicos (Cf. Magalhães 1873: 501).

A Antropologia Física e a Filologia, atuando em rede com os discursos Antropológico e Arqueológico, possibilitaram a averiguação da origem dos indígenas. Assim, Manoel Gonçalves Tocantins, em seus estu-

dos sobre a *Tribo Munducuru* (1876), argumenta sobre a especificidade da Língua e dos traços anatômicos do grupo. Daí ter ele levantado a hipótese poligenista para explicar o surgimento das sociedades indígenas. Se seus grupos são a prova empírica dos diferentes centros de criação da humanidade, trata-se de determinar seu teor civilizacional. Neste sentido, também em Gonçalves Tocantins, os dialetos têm o mesmo valor documental que os artefatos. Se a indústria cerâmica da população de um sambaqui do Pará representa um estágio avançado de civilização, não é o que se desprende da linguagem dos Munducuru. Seus mitos, se comparados com os registros rupestres de seus ancestrais – ou por outra, se comparados com os testemunhos arqueológicos –, mostram toda a primitividade e insipiência de suas concepções sobre o mundo, revelam uma humanidade na infância, em seus primeiros passos em direção à civilização. Também em Gonçalves Tocantins, a Arqueologia e a Antropologia se regulam num mesmo jogo de relações discursivas. Assim é que, a partir das evidências arqueológicas, ou seja, valendo-se dos fragmentos cerâmicos, ele procurou reconstituir a organização social da tribo semi-avançada, remontar o seu cotidiano. Suas próprias perguntas indicam este objetivo: "Como viveram eles? A que grau de civilização chegaram?".

Embora os indígenas tenham sido definidos como pertencentes a uma tribo, a um grupo arraigado a um tronco filológico-cultural, simultaneamente foram incorporados num discurso teleológico que os reuniu num mesmo bloco histórico. E aqui se destaca a articulação da Arqueologia e da Antropologia com o projeto historiográfico do IHGB. Projeto que supunha a existência de um *telos* que guiava o processo histórico de uma Nação destinada ao progresso e à civilização; que primava por uma ontologia da profundidade, uma leitura que realçasse na História da Nação um reecontro do presente com o passado, representado, quem sabe, por uma cultura elaborada, perdida em algum período longínquo, em algum momento civilizacional das sociedades indígenas. Nesta tarefa, a função da Arqueologia e da Antropologia não seria tanto a de atentar para a singularidade cultural de cada grupo indígena. Tomando como vetor

os vestígios arqueológicos e a "atual" organização social de uma tribo, elas deveriam desanuviar sua origem nebulosa e a sua *phase* civilizacional. Deveriam interpretar os eixos de contato com os remanescentes da "tradição", os elos de continuidade entre o presente e o passado. A Historiografia, dispondo destes dados, tentaria enredá-los num discurso universal e indiviso que apagaria todas as diferenças e descontinuidades. Procuraria construir um sujeito coletivo coroado, se possível, por uma sociedade evoluída, antepassados da nobreza Imperial, da elite ilustrada que impulsionava a marcha civilizatória da Monarquia brasileira.

Entretanto, a Arqueologia evolucionista – e a Antropologia – do IHGB não conseguiu comprovar traços de cultura indígena elaborada. Nas palavras de Vieira Couto, que soaram como um desabafo, ou como um lamento, a Pré-História brasileira, ao contrário da das vizinhas Repúblicas latinas, não revelou nenhum grande monumento, nenhuma sobranceira pirâmide erguida no seu vasto território. Pelo contrário, a Antropologia e a Arqueologia evolucionista demonstraram empiricamente – como se pretendia – que os indígenas são selvagens. Frustraram a tentativa de representá-los na imagem de uma Nação que se queria civilizada. Os grupos indígenas, deste modo, foram excluídos do discurso historiográfico. Só interessavam, agora, como elemento de riqueza, como possível mão-de-obra sucedânea aos braços escravos. Eles agora são definitivamente selvagens, primitivos. Suas sociedades, como que refletidas num gradiente, no máximo possibilitariam a apreensão de uma maior ou menor evolução cultural. Quiçá algumas estariam numa fase mais avançada do processo histórico-evolutivo da humanidade. Os selvagens, deste modo, deveriam ser integrados à Nação pelas mãos benfazejas do Estado Imperial, representantes da civilização nos trópicos. Neste sentido, talvez se possa entender a radicalização de alguns pronunciamentos de intelectuais ligados ao IHGB. Roberto Armino, por exemplo, via na introdução das máquinas a vapor uma forma de "libertar as raças de cor" (Cf. RIHGB (37): 390, 1874). As raças de cor (obviamente aqui se incluem os negros)

deveriam ser libertadas! A política indigenista de integração transformou-se numa forma de libertação. Era preciso livrar estes povos das amarras da escravidão selvagem das matas, orientá-los através da topografia das ferrovias, este símbolo tão caro da civilização e do progresso.

Mas, pensando bem, esta radicalização ainda é suave. Num momento em que os indígenas eram escravizados e exterminados com alguma sistematicidade, Armino foi pedagógico. Procurou integrar os indígenas ao Estado Imperial através da educação pelo trabalho. Trabalho pontuado ao ritmo do tempo de produção dos “brancos”, não mais ao “som da mão-de-pilão”, mas ao do apito regular das ferrovias. Antes da aclimatação do evolucionismo, houve, contudo, propostas menos pedagógicas, mais belicistas. Francisco A. Varnhagen, historiador e conselheiro oficial do Império, recomendou o extermínio de todos os índios “não mansos” (Ferreira 2001) como forma de desobstruir o caminho do Brasil rumo à civilização. Décadas depois da proposta de Armino, o evolucionista Von Ihering, do interior do Museu Paulista, retomou o debate. Seguindo a marcha militar de Varnhagen, sugeriu o extermínio sistemático dos Kaiagang (Cf. Ihering 1911), dos selvagens que estorvavam o progresso da Nação. Estranho contraste este entre um historiador, um Diretor de Museu e um engenheiro!

E a história se repete, com variações. Tem-se um exemplo mais recente do uso do evolucionismo para “civilizar” o Brasil. Hélio Jaguaribe (1994), decano cientista político e ex-ministro da Ciência e Tecnologia do Governo Collor (1990-92), um dos principais conselheiros de Fernando Henrique Cardoso na campanha à presidência de 1994, propôs, nas entrelinhas de um dos seus artigos, uma “limpeza étnica” entre os índios. Sob a justificativa de que a maioria deles – somente “200 mil almas”! – vive em pleno paleolítico, outros poucos no neolítico. E, conseqüência inevitável, “o destino histórico do índio brasileiro é deixar de ser índio e se tornar um cidadão brasileiro”. Curiosa permanência a se observar ao longo da História brasileira esta tentativa de integrar o “velho” ao “novo”, de forma a que as rupturas sejam evitadas. Hélio Jaguaribe, como conselheiro oficial, lembra Varnhagen.

Conclusão

Os estudos das relações históricas entre a Arqueologia e o Estado apresentam-se, hoje, como um dos principais campos de pesquisa da disciplina (Diaz-Andreu 1996, 1999). Teorias Arqueológicas, historicamente, quase sempre estiveram a serviço da dominação social (Hodder 1992, Shanks and Tilley 1987), e o debruçar-se crítico sobre os seus materiais históricos tem revelado os vínculos estratégicos da disciplina com a formação de Estados-Nações e identidades sociais e históricas (Haber 1999, Daniel 1981, Jones 1997, Funari 1999a, Patterson 1997), com o Imperialismo e o Colonialismo (Rodrigues 1991; Trigger 1984, 1990; McGuire and Navarrete 1999). Escrever a História da Arqueologia Imperial em suas correlações com campos de saber e poder, portanto, pode servir tanto para o entendimento da constituição de sua constituição epistêmica, quanto para a compreensão dos mecanismos por meio dos quais se fabricaram interpretações racistas e elitistas da identidade brasileira.

O que é tanto mais importante na medida em que os embates e enfrentamentos do presente liberam um certo número de imagens do passado. A festa identitária da Comemoração dos 500 anos do Brasil, cuja celebração reforçou os três componentes de “nossa” Nação imaginada (Anderson 1986) – identidade lusa, católica e cordial –, tratou a Marcha Indígena 2000 a cassetetes e bombas de “efeito moral” (Cf. *Folha de São Paulo*, 23/04/2000: 3-12). Indígenas de etnias diversas continuam a ser exterminados (Cf. Antenore 1999, Natali 1999); são freqüentes, ademais, as denúncias de assassinatos de seus líderes (Cf. *Informe do CIMI*, n. 423: 2 p.) e de abuso sexual de índias Yanomâmis por soldados do Exército brasileiro (Cf. *Folha de São Paulo*, 22/10/2000: 12). Os conflitos pela demarcação das terras têm motivado os indígenas a invadir fazendas (Cf. *Folha de São Paulo*, 26/08/2000: 13) e a seqüestrar pescadores que adentram suas reservas (Cf. *O Estado de São Paulo*, 7/08/2000: 15). Por outro lado, na via da ação legal, os 350 mil indígenas que sobreviveram ao extermínio pressionam o Governo Federal por um novo estatuto que os liberte da tutela da Funai (Fundação Nacional do Índio) (Cf. *Folha de São Paulo*, 12/11/2000: 5-6); organizam cartas-

protesto contra telenovelas que veiculam estereótipos culturais sobre os seus povos (Cf. *Folha de São Paulo*, 19/11/2000: 14). A integração política dos indígenas à Nação, questão que de certa forma lastrou as condições de possibilidade para a Arqueologia Imperial, é um problema ainda insolvido. Tudo parece indicar que a Arqueologia brasileira, no futuro, terá de fundar suas pesquisas nos termos dos conflitos do presente – não poderá deixar de assistir aos deslocamentos, diferenças e transformações destas imagens do passado que se projetam e reiteram no presente.

FERREIRA, L.M. "A whole bunch of new ideas in Archaeology" (1870-1877). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 21-33, 2001.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the articulation of the Imperial Archaeology related to knowledge and power. From this articulation some matters are raised about the relationship between the archaeological practice, the Imperial political scheme and the Evolutionism.

UNITERMS: Archaeology – Imperial Brazil – Knowledge – Power – Evolutionism.

Agradecimentos

À FAPESP, por financiar esta pesquisa. Aos amigos e colegas que me ofertaram seus textos (alguns inéditos) e leram as primeiras versões deste artigo, ajudando-me a melhorá-lo: Margarita Diaz-Andreu, Célia Maria Marinho de Azevedo, Pedro Paulo Abreu Funari, Francisco Noelli, David Nogueira, Ana Pinõn, Margareth Rago, José Alberione dos Reis. Pelas minhas próprias idéias aqui argumentadas, contudo, sou o único responsável.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, B.
1986 *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- ANTENORE, A.
1999 Justiça Interditada 60 Km quadrados por um Índio. *Folha de São Paulo*, 7/03/1999: 13 (Brasil).
- AZEVEDO, F.
1956 *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.
- BANDINELLI, R.B.
1994 A História da Arte como Interpretação Histórica da Forma. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, 1: 227-240.
- BARRETO, M.V.
1992 História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 8: 203-93.
- BARRETO, C.
1999 Arqueologia Brasileira: Uma Perspectiva Histórica e Comparada. P.P.A. Funari; E.G. Neves; I. Podgorny (Orgs.) Anais da Primeira Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 201-212.
- De CERTEAU, M.
1979 A Operação Histórica. P. Nora; J. Le Goff (Orgs.) *História: Novos Problemas*. 2 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 17-35.
- DANIEL, G. (Ed.)
1981 *Towards a History of Archaeology*. London: Thames and Hudson.
- DERBY, O.A.
1877 Contribuições para a Geologia do Baixo Amazonas. *Arquivos do Museu Nacional*, 2: 73-104.
- DIAZ-ANDREU, M.
1996 Nationalism and Archaeology in Europe: an introduction. M. Diaz-Andreu; T. Champion (Eds.) *Nationalism and Archaeology in Europe*. London: UCL Press: 1-23.
1999 Nacionalismo y Arqueología: Del Viejo al Nuevo Mundo. P.P.A. Funari; E.G. Neves;

- I. Podgorny (Orgs.) Anais da Primeira Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 161-180.
- ELIAS, N.
 1993 *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol II.
 1994 *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol I.
- FERREIRA, L.M.
 1999 Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, 4 (1): 9-36.
 2000 Arqueologia e Geoestratégia: As Fronteiras Imperiais e o Uso das Fontes Arqueológicas. *Arqueoweb*. www. ucm.es/info/arqueoweb, abril de 2001.
 2001 Vestígios da Raça Americana: Arqueologia, Etnografia e Romantismo no Brasil Imperial (1838-1870). *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas (no prelo).
- FERRI, M.G.; MOTOYAMA, S. (Orgs.)
 1979 *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 3 Vol.
- FOUCAULT, M.
 1986 *A Arqueologia do Saber*. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária.
 1988 *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, Vol I.
 1994a *La Gouvernamentalité. Dits et Écrits*. Paris, Gallimard: 635-656.
 1994b *Bio-Histoire et Biopolitique. Dits et Écrits*. Paris, Gallimard: 95-97.
 1995 *As Palavras e as Coisas*. 7 ed., São Paulo: Martins Fontes.
 1999 *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- FUNARI, P.P.A.
 1989 Brazilian Archaeology and World Archaeology: Some Remarks. *World Archaeological Bulletin*, 3: 60-68.
 1991 Archaeology in Brazil: Politics and Scholarship at a Crossroads. *World Archaeological Bulletin*, 5: 123-132.
 1994 Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, 1: 23-41.
 1995 Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil. P.J. Ucko (Ed.) *Theory in Archaeology (A World Perspective)*. London, Routledge: 237-250.
 1998 Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano. P.P.A. Funari, Pedro (Org.) *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Campinas: 7-34.
- 1999a Ethnicity and Identity: Archaeology, Education and Brazilian Identity. South Africa: World Archaeological Congress 4, 13 p.
 1999b Arqueologia e Linguística. *DELTA*, 15 (1): 161-176.
 2000 Western Influences in the Archaeological Thought in Brazil. Second International Meeting on Archaeological Theory in South America. Olavarría, Argentina, 13 p.
- GOULD, S. J.
 1981 *The Mismeasure of Man*. New York: W.W. Norton.
- HABBER, A.F.
 1999 Capischango, la ruptura metafísica y la cuestión colonial en la arqueología sudamericana: el caso del noroeste argentino. P.P.A. Funari; E.G. Neves; I. Podgorny (Orgs.) Anais da Primeira Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 129-142.
- HARTT, Ch.
 1876a Nota: Sobre Algumas Tangas de Barro Cosido dos Antigos Índigenas da Ilha de Marajó. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 21-25.
 1876b Descrição dos Objetos de Pedra de Origem Índigena Conservados no Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 45-53.
- HODDER, I.
 1992 *Theory and Practice in Archeology*. London: Routledge.
- IHERING, H. von
 1911 *Revista do Museu Paulista*, 8: 112-140
- JONES, S.
 1997 *The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and the Present*. London and New York: Routledge.
- KAPALGAN, U.
 2000 The Colonial State and Statistical Knowledge. *History of the Human Sciences*, 13 (2): 37-55.
- LACERDA, B.; PEIXOTO, R.
 1876a Contribuição para o Estudo Antropológico das Raças Índigenas: os Botocudos. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 54-75.
- LACERDA, B.
 1876b Contribuição para o Estudo Antropológico das Raças Índigenas: Notas sobre a conformação dos dentes. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 73-86.
 1877 Resumo do Curso de Antropologia do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional* (2): 105-163.
- LOPES, M.M.
 1997 *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: Os Museus e as Ciências Naturais no Século XIX*. São Paulo: Hucitec.

- McGUIRE, R.H.; NAVARRETE, R.
1999 Entre motocicletas y fusiles: las Arqueologías radicales anglosajona e hispana. P.P.A. Funari; E.G. Neves; I. Podgorny (Orgs.) Anais da Primeira Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 181-200.
- MARX, A.W.
1998 *Making Race and Nation: A Comparison of the United States, South Africa and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAGALHÃES, J.V.C. de
1873 Ensaio de Antropologia. *RIHGB*, 36: 359-516.
1935 *O Selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MEGGERS, B.
1985 Advances in Brazilian Archaeology (1935-85). *American Antiquity*, 50: 364-73.
- MICELI, S. (Org.)
1989 *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Idesp, 3 Vol.
- MILLES, R.
1989 *Racism*. London e New York: Routledge.
- NATALI, J.B.
1999 Esterelização de Índias é investigada na Bahia, 23/05/1999: 18. (Brasil).
- NETO, L.
1876a Sobre a Evolução Morfológica dos Tecidos nos Caules Sarmentosos. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 133-144.
1876b Instruções a C. Winer pelo Dr. Ladislao Neto. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 2 p.
1877 Apontamentos sobre os Tembetás da Coleção Arqueológica do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, 2: 105-163.
- PATTERSON, T.
1997 *Inventing Western Civilization*. New York: Monthly Review Press.
- PENA, D.S.F.
1876 Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 85-89.
1877 Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, 2: 47-76.
- PINÓN, A.
2000 *La Arqueología y la Construcción de la Identidad en Brasil: el caso del los orígenes del hombre en Brasil*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Dissertação de Mestrado).
- PROUS, A.
1992 História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, Editora da UNB: 5-23.
- RATH, C.
1871 Notícia Etnológica de um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do Dilúvio Universal. *RIHGB*, 34: 287-92.
- RODRIGUES, D.
1991 Reflexões sobre a História da Arqueologia Colonialista e Nacionalista Africana. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 1: 191-194.
- ROMERO, S.
1986 Explicações Indispensáveis. *Vários Escritos: Tobias Barreto*. Aracaju: Editora do Estado de Sergipe: 5-11.
- SCHWARCZ, L.M.
1989 O Nascimento dos Museus Brasileiros. S. Miceli (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp: 20-71, Vol. I.
1993 *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
1998 *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHANKS, M.; TILLEY, T.
1987 *Social Theory and Archaeology*. Cambridge: Polity Press.
- SODRÉ, N.W.
1969 *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOUZA, A.M. de
1991 História da Arqueologia Brasileira. *Instituto Anchieta de Pesquisas: Antropologia*, 46: 11-157.
- TOCANTINS, A.M.G.
1876 Relíquias de Uma Grande Tribo Extinta. *RIHGB*, 39: 51-64, Parte 2ª.
1877 Estudos sobre a Tribo Munducuru. *RIHGB*, 40: 10-161.
- TRIGGER, B.G.
1984 Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. *Man*, 19: 355-70.
1990 *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WIENER, Ch.
1876 Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 2-20.